

O POSITIVISMO NA REPÚBLICA

(Notas sôbre a história do positivismo no Brasil (*))

INTRODUÇÃO

Estas ligeiras notas para a história do positivismo no Brasil, constituem uma pequena e modesta contribuição ao estudo da história das idéias no nosso país. O que ora nos leva a dar-lhes publicação é o desejo de sugerir aos mais novos, principalmente aos moços que cursam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, um novo e, talvez, mais decidido interesse pelos problemas e questões que se relacionam com a nossa terra. Evidentemente, êsse interesse não deve ser exclusivista, considerado sob o prisma deformador de uma estreita concepção de nacionalismo. Isso não seria razoável, menos ainda em se tratando do nosso caso, do caso brasileiro.

Como muito bem diz o Prof. Joaquim de Carvalho, "jamais povo algum conquistou a sua personalidade espiritual confinando-se dentro de muralhas, nem robusteceu a sua vitalidade com a assepsia de todos os alimentos; mas também povo algum afirmou a sua capacidade intelectual importando o pensar alheio, nem progrediu com o estímulo frígido do cosmopolitismo. A constituição de nossa cultura filosófica, como traço de conexão da nossa mentalidade e dos nossos problemas com o pensamento universal e com concepções acrônicas e atemporais, que tecem a História da Filosofia, tem de arrancar do nosso substrato e de se exprimir com a fala com que nos entendemos. Com vacilação ou com ânimo resolutivo, temos de partir de nós mesmos, e bem firmes nos problemas e anelos da nossa consciência intelectual, empreender a custosa tarefa de os esclarecer racionalmente com o alento da nossa maneira de ser e de olhos fitos no conhecimento científico e respectivas pressuposições e implicações" (1). E' certo que a reflexão filosófica aspira "à universalidade e à intemporalidade, mas não podem — diz ainda o ilustre professor da Universidade de Coimbra

(*) — Com êste número a *Revista de História* inicia a publicação do último trabalho do nosso colaborador, o Prof. João Cruz Costa, que depois de terminada constituirá um dos nossos *Cadernos* (E. Simões de Paula).

(1) — Prof. Joaquim de Carvalho, *Posição* (apresentação da *Revista Filosófica*, n.º 1, março de 1951), p. 7.

— furtar-se à garra do tempo e do lugar, porque a gênese dos problemas com a respectiva consideração dão-se em determinadas situações epocais e sob certas condições ambientais. A presença inevitável da componente temporal vinca indelévelmente a reflexão filosófica com a sigla da história...” (2).

Se é certo que a nossa história intelectual tem sido, em grande parte, um variado tecido das vicissitudes da importação transoceânica de idéias, não menos certo é que os dados dessa importação aqui se conformam ou deformam em face das circunstâncias próprias ao ambiente, que é complexo e rico de contrastes. E é para isso que é preciso atender e atentar, pois talvez aí resida a nossa originalidade.

A história do positivismo brasileiro é, cremos, sob este aspecto, das mais curiosas e das mais interessantes. Foi uma tentativa de “doutrinação”, se assim podemos dizer, que fracassou, mas que encontrou, parece, no espírito e no pensamento brasileiros — nos quais ela ainda talvez se mantém em estado difuso ou, mesmo confuso... — uma importância que ainda não se revelou suficientemente. Em trabalho anterior a este (3), procuramos estudar a gênese do positivismo, dentro das demais correntes filosóficas que tiveram certa vigência no nosso país no século XIX. Neste trabalho, procuramos indicar alguns aspectos do comtismo, no período que medeia entre os anos de 1897 e 1914.

Dizia Mário de Andrade — e com razão — que a nossa atitude tem de ser de análise, a fim de que, graças a essa muita análise, possamos um dia empreender, com maior solidez, a tentativa de uma síntese daquilo que somos (4). E’ para essa análise dos aspectos contraditórios da história das nossas idéias que contamos atrair a atenção daqueles que se voltam para o estudo e para a interpretação dos problemas da nossa terra, embora nem sempre seja das mais amenas, a leitura de obras como esta.

(2). — Prof. Joaquim de Carvalho, *ob. cit.* pp. 8-9.

(3). — Referimo-nos à tese, ainda inédita, que apresentamos em 1950, ao concurso da Cadeira de Filosofia e cujo título é: *O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional.*

(4). — Mário de Andrade, *Aspectos da Literatura Nacional*, pp. 16-17.

I

A "FATAL ATENUAÇÃO".

E' inegável que a partir de 1891, — dez anos, portanto, depois de fundado o *Apostolado*, no Brasil — o entusiasmo pelo positivismo já entrara em declínio. Daí por diante, a sua influência apenas se circunscreve ao estreito círculo do *Apostolado*. A partir dessa época, outras correntes da filosofia européia, sobretudo o espencerismo ou aquelas que derivam do pensamento alemão, viriam amortecer as adesões ao positivismo e atrair a volúvel curiosidade dos elementos da nossa elite intelectual.

E' sabido que há uma espécie de constante na vida intelectual do nosso país: as idéias não são repensadas com suficiente vagar e não as prende, como muito bem observava Sílvio Romero (embora apenas observasse), um fio lógico que as ligue. As idéias, geralmente de importação, sofrem as vicissitudes da moda, do aparecimento de certas obras no mercado livreiro e são submetidas ao capricho da novidade. O positivismo não escapa à regra embora se mantenha, de modo difuso, em virtude de diversas razões, a influir sôbre a inteligência brasileira.

O prestígio político do positivismo fôra efêmero e ocasional. A intransigência nos princípios, as exigências de adesão religiosa impunham obrigações talvez fortes demais para a displicência aventureira ou sibarita da elite cultural brasileira (1).

Assim, em 1897, o positivismo brasileiro já estava reduzido ao grupo do *Apostolado* e pouca influência exercia. A dignidade dos seus dois chefes, Miguel Lemos e Teixeira Mendes é ainda o que mantém o respeito e a admiração dos intelectuais brasileiros que, naqueles dois homens admiram, apesar do seu unilateralismo (2),

(1). — E é interessante assinalar o que observa o sr. Álvaro Ribeiro em relação às vicissitudes da doutrina de Comte em Portugal e que talvez se pode também aplicar ao Brasil. "O positivismo de Augusto Comte, como o dos seus discípulos Laffite e Littré, não entrou na cultura portuguesa pelos seus méritos de doutrina científica e filosófica, mas porque serviu um movimento histórico-político. Teve Teófilo Braga o mérito e a fortuna de realizar a simbiose da doutrinação positivista com a doutrinação republicana, resolvendo de engenhosa maneira um problema a que outros políticos seus coevos não conseguiram dar solução por falta de justa compreensão dos meios com os fins, ou seja, da prática com a teoria". Álvaro Ribeiro, *Os positivistas*, Lisboa, 1951, p. 30.

(2). — "Na realidade, o que houve com a proclamação da República — escreve Euclides da Cunha — foi a transformação de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da filosofia contemporânea. E esta, certo, não a vamos buscar nesse tão malsinado e incompreendido positivismo, que aí está sem a influência que se lhe empresta, imóvel, cristalizado na alma profundamente religiosa e incorruptível de Teixeira Mendes" (Euclides da Cunha, *A Margem da História*, p. 377).

uma linha coerente de convicção que êstes intelectuais, infelizmente, não parecem possuir... (3). Mas, apesar disso, dez anos decorridos da fundação do *Apostolado*, o “desgaste”, o “desuso” do positivismo já é evidente. E êsse desgaste começa a revelar-se nas “anedotas” que começam a correr sôbre o positivismo e sôbre os seus chefes.

*
* *
*

“Prendendo aos seus interêsses materiais grande parte dos homens representativos da Monarquia, a República os convertia à nova ordem de coisas ou os tornava inofensivos (4), escreve José Maria Belo ao iniciar o seu capítulo sôbre a ordem civil da República. Repetia-se agora, sob outros aspectos, um fenômeno que já se dera por ocasião da Independência e que se reproduzira também durante as lutas da Maioridade. A ordem civil da jovem república tão fortemente comprometida em virtude da luta armada que então se desenrolava no Sul, parecia agora, no govêrno de Prudente de Moraes, estabelecer-se, graças à anistia decretada em 11 de outubro de 1895, por iniciativa de Campos Sales. Mas, terminada a luta das armas, tão cedo não cessaria a agitação que vicejara à sombra da crise econômica do Encilhamento. Ainda no govêrno de Prudente de Moraes, a demagogia jacobina que se originara na proclamação da República e recrudesceira com o *florianismo*, assolava a cidade do Rio de Janeiro, deprimindo jornais e chegando até, como no caso de Gentil de Castro e do Marechal Bitencourt, ao assassinato. O sangue que não corra em 15 de novembro, estava agora a se derramar, como previra Deodoro. As forças que se afrontavam traduziam a incerteza e o desequilíbrio das novas instituições republicanas no Brasil, incertezas essas que talvez não estão ainda suficientemente liquidadas...”

Há uma observação de José Maria dos Santos que nos parece sugestiva para a compreensão do que se veio a chamar de *presidencialismo* nos países sul-americanos. O *presidencialismo*, diz José Maria dos Santos, objetivou-se nesses países “num grosseiro sistema de caudilhos regionais, obedientes a um grande caudilho central que, pela força armada e a vigilante corrupção de todos os

(3). — “Eu admiro o sr. Teixeira Mendes. — escreve por sua vez Vicente Licínio Cardoso — como uma das cousas mais sérias que o Brasil tem produzido. Sem nunca o haver procurado, por sabê-lo intolerante, eu o respeito, no entanto, como um dos homens que mais têm feito acreditar nas qualidades morais e mentais de nossa raça em formação” (Vicente Licínio Cardoso, *A Margem da História da República*, p. 302).

(4). — José Maria Belo, *História da República*, p. 207.

interesses, submete e reduz à sua vontade individual a nação inteira" (5). A monarquia soubera disfarçar (6) êsse caudilhismo, entregando ao Imperante a função de exercer o "poder moderador". Mas o caudilhismo, a tendência ditatorial parece ser um fenômeno fatal, decorrente da própria formação dos países americanos (7). Não é pois talvez, sem razão, que um escritor contemporâneo diz que todo sul-americano é, de coração liberal e de espírito, autocrata.

O caudilho expressar-se-ia, assim, infelizmente, tomando variados aspectos de mimetismo democrático, no decorrer da história republicana (8), como já se havia manifestado na história do Império. Os positivistas não pareciam andar, pois, muito longe da realidade quando aconselhavam ao Imperador que se transformasse em *ditador central* e, mais tarde, a Deodoro, para que se aproveitasse da "espontaneidade" da situação, a fim de proclamar-se chefe da República — "surgida espontaneamente" a 15 de novembro" . . . José Maria dos Santos julga, aliás (embora não nos pareça inteiramente justo seu juízo, êle é, no entanto, sugestivo) que "o que tentou os republicanos históricos no sistema de Augusto Comte foi sobretudo a sua orientação ditatorial. Ela vinha exatamente servir à tática partidária por êles adotada no combate parlamentar" (9). Todavia, não menos exato é o que ainda escreve êste mesmo autor, quando refere que, "a grande maioria dêles (dos republicanos) composta de indivíduos rudimentarmente providos de cultural geral, não estava em condições de aprofundar muito a doutrina, nem mesmo de ler, com real proveito, os livros do filósofo de Montpellier, encontrando-se na mesma situação intelectual os oficiais de tropa que depois se lhes juntaram" (10). Aliás, freqüentemente, Miguel Lemos e Teixeira Mendes fazem referência à "insuficiente assimilação" da doutrina entre os seus próprios partidários. E é preciso acrescentar que êstes circunspectos apóstolos não costumavam usar, com freqüência, da ironia . . .

Mas num meio como o nosso, em que os intelectuais estão afastados do povo, em que êste se encontra amorfo, iletrado, presa fácil dos aventureiros — a "ditadura republicana e científica" pregada

(5). — José Maria dos Santos, *A Política Geral do Brasil*, p. 238.

(6). — "O Imperador levou cinquenta anos a fingir que governava um povo livre", dizia Ferreira Viana. Ao que, acrescentaria Joaquim Nabuco: "o que quer dizer, a elevar-lhe a reputação perante o mundo, escondendo a indiferença geral dos cidadãos pela coisa pública, pelos seus direitos e liberdade, praticando e zelando o culto da Constituição, como da divindade política do Império" (Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. III p. 562). Cf. Afonso Celso, *Oito anos de Parlamento e o Poder Pessoal de D. Pedro II*, p. 192 e seg.

(7). — Cf. *O discurso de Bolívar*, apenso à publicação que o *Apostolado Positivista do Brasil*, publicou em 1897 com a tradução que J. Mariano de Oliveira fez no opusculo de Jorge Lagarrigue, *A Ditadura Republicana, segundo Augusto Comte*. V. nesta obra, a advertência preliminar de Miguel Lemos. Cf. J. E. Iturriague, *El Tirano en la America Latina*.

(8). — Cf. Cruz Costa, *Os desenganos na política Republicana*, in "Estado de São Paulo", de 20-3-47.

(9). — José Maria dos Santos, *Ob. cit.*, p. 224. Cf. nota 1.

(10). — José Maria dos Santos, *Ob. cit.*, loc. cit.

pelos apóstolos positivistas não encontrava possibilidade de vingar. Compreende-se, pois, que era fácil converter à República, “prendendo-os pelos interesses materiais”, os mesmos homens que haviam dirigido a monarquia, os únicos capazes aliás, graças à experiência dos negócios do Estado, de dirigir o novo regime. Pouco a pouco eles acabariam tomando conta do poder. O passado, atirado pela janela, já o dizia Voltaire, entra de novo, e muito rapidamente, pela porta...

Os positivistas, “seita abstrusa” na opinião dos “liberais” da Monarquia, não contavam com a simpatia dos velhos políticos do passado. E, lentamente, também, perderia a daqueles que se acomodariam facilmente às novas exigências da situação. Explica-se, assim, em parte, o fato de haverem sido os positivistas levados a simpatizar com o *jacobinismo* florianista, pois este parecia apresentar-se então como a ala “pura” da República. E’ possível também que os adeptos de Comte, admiradores do Marechal de Ferro (e que tão cedo não perderiam as suas veleidades de ditadura republicana), nele entreviam o desejado “ditador central”...

Os positivistas não seriam aliás poupados “pelos insultadores assalariados do govêrno, nem pelos nossos inimigos e concorrentes espirituais que aproveitaram o ensejo” (11), como escrevia Miguel Lemos, para sobre eles se atirarem.

A reação contra as idéias positivistas cedo se manifestaria. “Quer na tribuna parlamentar, quer nos jornais presidenciais, quer nas revistas intitadas católicas, não se deixou de apontar o atentado de 5 de novembro de 1897 como um fruto da propaganda positivista, por aconselhar, diziam, a ditadura republicana, por querer suprimir as crenças religiosas, e por ter corrompido o espirito cristão de nossos soldados! Esta declamação virulenta, que é aliás, um fato vulgar na história, não mereceria sequer que fôsse por nós indicada — escreve Miguel Lemos — se ela não tivesse dominado num momento em que os sicários, policiais e politiqueiros, teriam podido facilmente, com a máxima impunidade, entregar-se contra nós às mais brutais violências” (12). Naturalmente, como sempre, o agitado diretor do *Apostolado* exagerava, pois, de fato, contra eles a violência não passou das colunas da imprensa interessada em atenuar e ridicularizar a propaganda de uma doutrina que dificultava, com as suas rígidas exigências, o jôgo de interesses da velha politicagem. Já se afirmou que o positivismo não era uma doutrina da qual emanassem eflúvios de sedução. Ao contrário, como observava Oliveira Viana, ela era “carregada de eletricidade negativa”.

(11). — Miguel Lemos, 17a. circ. An. do *Apostolado Positivista do Brasil*, p. 53; ver ainda M. Lemos, 18a. Cir. An. do *Apostolado Positivista do Brasil*, pp. 111-115 e Pe. Rafael Galanti, S. J. — *Compêndio de História do Brasil*, vol. V, pp. 281-282.

(12). — Miguel Lemos, *Ob. cit.*, pp. 53-54. Cf. José de Assis Brasil, *O atentado de 5 de novembro de 1897*.

A propaganda a favor de uma República Ditatorial, como a que era feita pelos adeptos de Comte, não podia inspirar simpatia aos políticos liberais da tradição monarquista que se haviam apoderado da jovem República. Os positivistas não atentavam, porém, para isso. Seguiam, serenos, a linha traçada por Augusto Comte. As afirmações do Mestre bastavam-lhes, desatentos que sempre viveram da realidade que os envolvia. Ainda pouco tempo antes do atentado, em setembro de 1897, publicavam êles uma tradução portuguesa do trabalho de Jorge Lagarrigue, *A Ditadura Republicana*, "excelente opúsculo de propaganda política, cuja vulgarização entre nós, escrevia Miguel Lemos, corresponde a uma urgente necessidade" (13).

O protesto contra a insinuação de que os positivistas teriam conivência no atentado de 5 de novembro, é uma das últimas intervenções feitas por Miguel Lemos, pois, logo no ano seguinte, em 1898, êle passaria a chefia efetiva do *Apostolado* a Teixeira Mendes. Êste, pouco antes de ser encarregado da direção da igreja positivista, faria uma viagem a Paris para uma rápida visita "aos lugares santos do positivismo" (14), viagem da qual resultará um livro interessante, cheio de informações acêrca da história de Augusto Comte e das pessoas com as quais o filósofo esteve mais ligado. Não estava também fora dos planos de Teixeira Mendes, a intenção de examinar, aproveitando a viagem, a situação da propaganda positivista em Paris e fazer por ela alguma coisa mais eficiente do que até então havia realizado o grupo laffittista. Tal era a convicção dos discípulos brasileiros, tal o seu apêgo à letra da doutrina do Mestre que, para êles, desde que a propaganda em Paris ("*Paris não é uma cidade, dissera o Mestre, Paris é a França, Paris é o Ocidente, Paris é a Europa, Paris é a Terra*"), desde que a propaganda ali conseguisse triunfar, ela haveria de dominar tôda a terra. Sabemos que é dêsse ano o projeto de Teixeira Mendes de "dividir a sua atividade religiosa entre Paris e o Rio, de modo a passar uma parte do ano na capital do Ocidente e a outra aqui" (15).

A retirada de Miguel Lemos da direção do apostolado positivista brasileiro, impedirá que êsse projeto se realize.

*

*

*

(13). — Miguel Lemos, *ob. cit.* p. 54. Cf. *Advertência preliminar* in Jorge Lagarrigue, *A Ditadura Republicana*, trad. brasileira de J. Mariano de Oliveira. Esta tradução é seguida da famosa *Mensagem*, enviada por Bolívar à República da Bolívia como projeto de uma constituição. Cf. José Maria dos Santos, *A Política Geral do Brasil*, p. 229.

(14). — Teixeira Mendes, *Uma visita aos Lugares Santos do Positivismo*, publicado pela Igreja Positivista do Rio de Janeiro, em setembro de 1899.

(15). — Miguel Lemos, *Circular de 19 de César* de 115 (11 de maio de 1903), p. 4.

Os anos que mecldeiam entre 1898 e 1903 não apresentam documentação de apreciável importância para a história do positivismo no Brasil (16).

Em 1903 voltariam a aparecer as *Circulares do Apostolado*, cuja publicação fôra suspensa em 1898 (17). Além das notícias gerais acêrca do movimento positivista (18), em diferentes países, Teixeira Mendes, que agora as assina, dá notícia da *fatal atenuação* da evolução da doutrina no Brasil, em consequência da retirada de Miguel Lemos. “Creio não errar afirmando que essa depressão moral estendeu-se também à parte do público que segue com simpatia o movimento religioso que êle (Miguel Lemos) inaugurou e desenvolveu no Brasil. Por isso são incessantes as demonstrações de esperança de que sua saúde se ache em breve assás melhorada para permitir a cessação de uma interinidade que tem sido e continua a ser prejudicial à expansão da Religião da Humanidade. Por outro lado, as condições em que ficou estabelecida a sua subs-

- (16). — Em 1898 foi publicada a última *Circular* de Miguel Lemos, a de n.º 18. As *Circulares* só voltariam a reaparecer em 1903, sob a direção de Teixeira Mendes. De 1898 a 1903, os dois chefes positivistas publicaram, no entanto, vários trabalhos, entre os quais devemos citar, de Teixeira Mendes, *Uma Visita aos Lugares Santos do Positivismo*, em 1899; o *Ano sem Par* (1900), trad. das cartas trocadas entre Comte e Clotilde, de abril de 1845 a abril de 1846, com comentários. *A Liberdade Espiritual e a Vacinação Obrigatória* (1902) e o lamentável poema que é o ensaio religioso sôbre a morte de Nossa Santíssima Mãe, *A Dor sem Nome*, que assim começa:

“Prostrada no leito humilde,
Em paupérrimo aposento,
Pena inocente Clotilde!...
Nem do corpo o sofrimento,
Nem d'alma os cruéis martírios,
Dão-lhe um instante de alento!...”

(T. Mendes, *A Dor Sem Nome*, ensaio religioso sôbre a morte de nossa Mãe Santíssima, sugerido pelo *Stabat Mater*, pp. 1 e 3.

Miguel Lemos publica em 1901 as suas *Normas Ortográficas*, em que reúne e sintetiza trabalhos anteriores acêrca da curiosa ortografia que criou. Em 1902, tendo Antoine Baumann publicado, na *La Quinzaine*, um artigo sob o título *De l'Efficacité pratique de la Sociologie d'Auguste Comte*, em que estudava também o desenvolvimento do positivismo no Brasil, Miguel Lemos publica parte desse artigo acompanhado de notas (Cf. Antoine Baumann, *Positivisme et Laffittisme au Brésil*, extraída d'un article publié dans “La Quinzaine” du ler mai 1902, suivis de notes por M. Lemos). De 1902 é ainda o *Positivismo e Vegetarismo*, onde o diretor da Igreja Positivista confessa que fôra “levado a considerar especialmente o assunto, movido sobretudo” pela comparação com as outras religiões, e “impressionado com o crescente movimento, tanto prático como científico, do vegetarismo moderno, não tardei em sentir de um modo irresistível a superioridade moral de um regime do qual fôsse excluída tôda espécie de carne, de maneira a suprimir totalmente o cruel sacrificio dos nossos companheiros animais, tão alevantados pela nossa doutrina. Em uma palavra, verifiquei que, se tal regime fôsse praticável, sem detrimento dos nossos atributos principais, nenhum outro poderia ser mais favorável ao predomínio universal do altruísmo” (Miguel Lemos, *Positivismo e Vegetarismo*, p. 3). Ver outros fatos sem grande importância in T. Mendes, *Resumo Cronológico da Evolução do Positivismo no Brasil*, pp. 34-36.

- (17). — Cf. T. Mendes, *Circular Anual*, 23o. ano (1903), advertência, p. 9.
(18). — A. *Circ.* de 1903 dá notícia de representar o Brasil no Comité de Laffitte, um senhor de nome Léon Simon, “cuja influência entre nós, como diz T. Mendes, como positivista é completamente nula” (T. Mendes, *Circular* cit. p. 15).

tuição interina foram e continuam a ser pouco satisfatórias. Abstraindo do fato de nunca haver eu ocupado o mínimo pôsto de direção, sempre me considere e ainda me considero no dever de ser simplesmente seu auxiliar, jamais o seu substituto, mesmo momentâneo. A confiança com que êle quis transmitir-me inteiramente a plenitude de sua autoridade não alterou a minha convicção a êste respeito. De sorte que não posso utilizar-me dessa concessão, e tornar-se-ia indispensável consultá-lo nos assuntos que afetam gravemente a vida da nossa Igreja, e onde eu tivesse dúvida sôbre a sua opinião, conforme concordou êle em princípio. Mas a necessidade do seu repouso — que foi o único motivo determinante da minha aceitação da incumbência que êle me deu — acabou por convencer-me que era meu dever restringir muito a minha iniciativa em tais consultas” (19).

*

* * *

A direção de Teixeira Mendes no *Apostolado* inaugurava-se pois, com uma viagem à *cidade santa*.

A 6 de julho, seguia êle para a França a fim de iniciar, em Paris, a sua tentativa de propaganda na “Metrópole Santíssima” (20), ficando em seu lugar, encarregados dos serviços que lhe cabiam, José Mariano de Oliveira, José Bagueira Leal e Pedro Galvão. Mas a estada de Teixeira Mendes na “Metrópole Santíssima” não seria muito longa. Já em outubro estava de volta ao Rio, dirigindo o culto privado e público do *Apostolado*. O “ensino sistemático” do dogma prosseguiria, cabendo a direção das classes mais atrasadas a Pedro Galvão; a das classes médias a João Fernandes da Silva e a das mais adiantadas a Teixeira Mendes. A atenção ao ensino do dogma ia de par com a necessidade de transformar as *preocupações políticas em preocupações religiosas* e com a necessidade de afastar cada vez mais o *Apostolado* e os seus fiéis, da agitação revolucionária (21). Não significava isto, porém, que os positivistas desistissem das suas *intervenções públicas*. Assim, tendo o “novo prefeito (da Capital Federal) revivido as perseguições contra os mendigos e renovado os atos de atrocidade contra os cães, aproveitei — escreve Teixeira Mendes — a nossa última prédica acêrca do culto público para recordar, mais uma vez, os ensinamentos do positivismo a êste respeito”. A fim de dar maior vulgarização às

(19). — T. Mendes, *Circular An. 23o. ano* (1903), pp. 17-18.

(20). — T. Mendes, *Ob. cit.* p. 18. “No sagrado ardor do seu proselitismo não encontrava o Apóstolo eminente justificação razoável ao abandono da cátedra apostólica na santa cidade que constitui desde os fins da Idade Média, o centro das impulsões ocidentais, que foi o glorioso berço da doutrina regeneradora e onde pontificou, por tanto tempo, o Mestre incomparável!” (João Pernetta, *Os Dois Apóstolos*, vol. III, p. 3). Segundo João Pernetta, fora Pedro Barreto Galvão quem sugerira a Teixeira Mendes dividir a sua ação entre o Rio de Janeiro e Paris (João Pernetta, *Ob. cit.*, pp. 21-22).

(21). — T. Mendes, *Circ. An. 23o. ano* (1903), p. 29.

suas idéias, publicou, em um dos diários do Rio de Janeiro as observações então apresentadas, desenvolvendo-as. “Mas a conduta da referida autoridade filiando-se ao modo de conceber a *ditadura municipal* de que felizmente se acha investida atualmente a chefia do Distrito Federal, pareceu-me oportuno lembrar que a *ditadura republicana não é despotismo*. Nesse intuito, publicamos um artigo sob o título *As liberdades civis e a ditadura municipal* (22). Não há de ser esta aliás, a única vez que os positivistas se apresentarão como defensores da mendicidade, pois que como ensinara o Mestre, não se deve desconhecer o “alcance moral e social da mendicidade, quando ela é dignamente exercida”... (23).

O *Apostolado* intervirá ainda contra a expansão do despotismo sanitário; intervirá na questão do Acre e nas manifestações de pesar tributadas a Júlio de Castilhos, que tanto contribuíra para que fôsse inscrito o “princípio da liberdade espiritual na Constituição Federal, já assimilado na Constituição do Rio Grande do Sul, e mantendo nesse Estado, os capitais ensinos do nosso Mestre acêrca da marcha política que convém à transição orgânica, já constituindo-se um dos principais auxiliares do Marechal Floriano Peixoto na defesa da República” (24). Todos êsses serviços de Júlio de Castilhos, que o tornavam merecedor da gratidão dos “verdadeiros republicanos”, não o isentavam, porém, de grandes falhas “que devem ser lembradas agora, — escreve Teixeira Mendes — para sincera apreciação de sua memória e ensino aos vivos” (25). “A primeira dessas faltas foi a sua atitude dúbia em relação à Religião da Humanidade, a cujas luzes deveu todos os seus sucessos políticos, e a que nunca teve a franqueza de aderir. Ainda últimamente — acrescentava Teixeira Mendes, na sua *Circular* de 1903 — subscrevendo para a construção de um Templo da Humanidade em Paris, segundo o apêlo público que fiz, êle figurava simplesmente como *simpático* do positivismo, declarando, entretanto, na respectiva lista, que *estudava sempre as obras do Mestre e dos mestres desde a adolescência*” (26). Teria sido essa ambiguidade religiosa que permitiu, — crê Teixeira Mendes — a Castilhos tornar-se “o representante mais saliente dêsse grupo de politistas que entretêm entre nós, os preceitos dos revolucionários, iludidos ou malévolos, acêrca do Positivismo. Para fazer prevalecer os ensinos políticos do nosso Mestre, ocultam êles a origem dêsses ensinos, ou contrariam as suas

(22). — T. Mendes, *Ob. cit.* p. 30.

(23). — A êste respeito é curioso recordar o aviso baixado pelo coronel Manuel Rabello, interventor federal em São Paulo, em 1931, publicado no *Diário Oficial*, de 28 de novembro de 1931, V. *Revista Nova*, ano 1. n.º 4, pp. 648-649. Os considerandos dêsse aviso são vasados no espírito da doutrina positivista. Aliás, o coronel Manuel Rabello fazia parte do *Apostolado*, desde a interinidade de T. Mendes e ocupava na ordem cronológica de admissão o 50.º lugar (V. T. Mendes, *A Igreja e o Apostolado Positivista do Brasil, seu passado, seu porvir, seu presente na hora de transformação de Miguel Lemos*, p. 78). Cf. Miguel Lemos, *A Repressão Legal da Ociosidade*.

(24). — T. Mendes, *Ob. cit. loc. cit.*

(25). — *Ibidem*.

(26). — *Ibidem*.

mais terminantes recomendações, já calando de todo o seu nome, já citando-o de envolta com mediocridades contemporâneas, já procurando amalgamar a nova fé com as aberrações metafísicas, como se o Positivismo fôsse destinado a galvanizar a democracia, após um século de putrefação desta. O resultado foi que Júlio de Castilhos teve a sorte dos estadistas modernos, grandes ou pequenos, desde o XIV século, não deixando organizado um verdadeiro partido para sustentar e continuar a sua obra. Porque os que se agrupavam em tôrno dêle eram ligados pela preponderância da sua *vontade*, e não pela *comunhão das suas convicções*. Como Floriano Peixoto, êle tinha entusiastas que o seguiam; mas não possuía, salvo raríssimas exceções, subordinados que estivessem animados pelos mesmos ideais que êle. Sujeitando-se desde então a servir-se dos tristes expedientes rotineiros que as oligarquias burguesocratas da República herdaram dos seus antecedentes imperiais, Júlio de Castilhos planejou concentrar a sua ação sôbre a regeneração do seu Estado natal, abandonando ingratamente a sorte do Brasil inteiro aos seus adversários. Êle não percebeu que, dada a federação brasileira, o único meio de garantir a evolução do Rio Grande do Sul, como de qualquer outro Estado, contra as tendências retrógradas e anárquicas dos chefes atrasados dos outros Estados, especialmente dos maiores, era dominar o govêrno da União, apoiando-se na parte ativa do povo brasileiro que nele depositava as suas esperanças" (27).

Ainda uma vez, a doutrina do Mestre levava os adeptos de uma filosofia positiva ao desconhecimento das condições reais da vida política nacional (28).

A situação do Positivismo nos diversos Estados da federação entrava em declínio. São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco continuariam a ser os Estados em que a doutrina de Comte encontrava ainda algum eco, embora fraco. Nos demais Estados, o positivismo era apenas acidentalmente representado por alguns membros do *Apostolado*, quase sempre oficiais do exército, ligados ainda ao centro do Rio de Janeiro. O próprio Chefe reconhecia, porém, que a doutrina já sofria de "uma fatal atenuação".

(27). — *Ibidem*, pp. 34-35.

(28). — "Quanto às suas relações, diretas com a Igreja e o Apostolado, escreve T. Mendes a propósito de Júlio de Castilhos, foram poucas. Júlio de Castilhos não era sequer contribuinte do subsídio em que assenta a existência material da nossa propaganda. No tempo da *Constituinte*, falei-lhe algumas vêzes. Por ocasião da construção do Templo da Humanidade, aqui, um amigo de Júlio de Castilhos tomou em seu nome dois títulos do primitivo empréstimo, títulos de cuja importância desistiu ao lhe serem pagos" (T. Mendes, *Cir. An.* 23o. ano, 1903, pp. 35-36).

II

O AFASTAMENTO DE MIGUEL LEMOS DA DIREÇÃO DO APOSTOLADO.

Em 1898 Miguel Lemos resolveria afastar-se da direção do *Apostolado*. Êle, aliás, sempre se considerara apenas como um *diretor provisório*. Colhera, na propaganda da doutrina, "urzes e espinhos" (1) que lhe alquebraram cêdo a saúde. A expulsão de José Feliciano — uma espécie de Blynières nacional — havia abalado bastante a saúde do diretor do *Apostolado* que, conforme o diagnóstico um pouco vago de Teixeira Mendes, não pudera resistir a uma grave "moléstia vegetativa" (2). O repouso completo se impunhá, portanto, incompatibilizando o apaixonado diretor *provisório* do *Apostolado* com as suas funções de sacerdote e de chefe: "Feliz o dia — dissera Miguel Lemos, sete anos antes, ao inaugurar o Templo da Humanidade — muito mais feliz do que o de hoje, em que eu puder depor nas mãos de nova autoridade espiritual o báculo transitório do apostolado e voltar a confundir-me na multidão dos fiéis. Poderei então, como o velho Simeão da narrativa evangélica, volver-me para a Humanidade, e dizer-lhe: *Agora, Senhora minha, podeis despedir o vosso servo*" (3).

Essa nova autoridade seria Teixeira Mendes. A sua "superioridade incontestável quanto à capacidade moral e sentimental, recebeu enfim da madureza dos anos os aperfeiçoamentos reclamados talvez por uma natureza demasiado árdega e demasiado abstrata. De sorte que há muito, como o Sr. Mendes o reconhece no tópico transcrito de sua carta ao Sr. Furtado (4), que eu cuido em lhe transferir a direção da nossa igreja e do nosso apostolado. Infelizmente, porém, sempre encontrei de sua parte uma recusa obstinada, recusa tão absoluta que muitas vêzes me tem êle declarado que não aceitaria ser meu sucessor ainda que a minha renúncia acarretasse, por falta de chefe, a dissolução do nosso grêmio" (5). Mas as razões alegadas por Teixeira Mendes não pareciam convincentes ao *diretor provisório* do positivismo nacional. De outro lado, só a êle, chefe, incumbia julgar da oportunidade

(1). — João Pernetta, *Os Dois Apóstolos*, vol. II, p. 106.

(2). — *Ibidem*, p. 107.

(3). — Miguel Lemos, 18a. *Circ. An. do Apost. Posit. do Brasil*, pp. 85-86, nota.

(4). — Miguel Lemos refere-se à carta de Teixeira Mendes, de julho de 1898, enviada a Godofredo Furtado, professor da Escola Normal de São Paulo e primo de Teixeira Mendes e que se acha publicada em T. Mendes, *A Direção do Positivismo no Brasil*.

(5). — Miguel Lemos, 18a *Circ. An. do Apost. Posit. no Brasil*, p. 87.

da mudança de direção e aquêlé sôbre o qual recaisse a sua escôlha, deveria conformar-se com ela e submeter-se à deliberação. Anunciada assim a intenção de Miguel Lemos de passar a direção do *Apostolado* e da *Igreja* positivistas a Teixeira Mendes, em fins de 1898, aquêlé não conseguiria fâcilmente convencer êste em substituí-lo, pois que, o melhor serviço que Teixeira Mendes julgava prestar à propaganda do positivismo no Brasil era, precisamente o de impedir que Miguel Lemos deixasse a chefia do *Apostolado*. “A minha convicção a tal respeito é tão inabalável que, tôdas as vêzes que o Miguel alega a sua insuficiência e manifesta desêjo de deixar a direção, eu me oponho aos seus argumentos. Seria, — acrescentava ainda Teixeira Mendes, na carta que dirigiu em junho de 1898 a Godofredo Furtado, carta a que alude Miguel Lemos no trecho acima citado, — seria a única das suas resoluções a que eu jamais me submeteria. Porque, quaisquer que tivessem sido as provas de capacidade apresentadas pelo confrade a quem êle quisesse passar a direção, se êsse confrade aceitasse semelhante investidura, ofereceria com isso, segundo tudo o que sei do positivismo e tudo quanto aprendi dos antecedentes católicos, a demonstração irrefutável da inferioridade moral e mesmo mental de semelhante sucessor” (6).

Miguel Lemos havia surgido numa situação excepcional. “Sô-zinho, em meio de todos os sofismas, apesar de tôdas as seduções, êle procurou espontâneamente o caminho da salvação, o achou, e nô-lo apontou a todos com a sua palavra, e, o que mais ê, o seu exemplo” (7).

Miguel Lemos levava cinco anos a preparar-se para deixar a direção do *Apostolado* e a convencer Teixeira Mendes para que o substituisse. Na *Circular* datada de Nova Friburgo, de 19 de César de 115 (11 de maio de 1903), ao mesmo tempo que novamente se referia ao seu “ardente desêjo” de deixar a direção do *Apostolado*, Miguel Lemos indicava para substituí-lo a Teixeira Mendes. “Propus, diz Miguel Lemos, ao meu amigo tirar à minha substituição todo caráter definitivo, bastando para isso que eu me retirasse por prazo indeterminado, assumindo êle a direção com *plenos poderes* e inteira responsabilidade, por todo tempo que durasse o meu impedimento. Êste alvitre encontrou também de sua parte séria relutância, entendendo êle que eu podia, sem me retirar, transferir-lhe as funções de meu cargo que o estado precário de minha saúde não me permitissem desempenhar. Discordando eu desta solução que, além de me colocar, a meu ver, numa situação vaga e equívoca, seria de todo ineficaz para garantir-me o repouso de que preciso, insisti pelo meu afastamento completo, conquanto temporário. In-

(6). — Teixeira Mendes, *A Direção do Positivismo no Brasil*, pp. 16-17.

(7). — Teixeira Mendes, *Ob. cit.*, *loc. cit.*

tervindo então a digna espôsa de meu amigo, êste aceitou finalmente o meu alvitre” (8).

Assim, a partir de maio de 1903, Teixeira Mendes, na qualidade de sub-diretor, passa a dirigir o *Apostolado* e a *Igreja Positivistas do Brasil*. Terminava com o retiro de Miguel Lemos, a fase de apogeu do positivismo ortodoxo no nosso país (9).

A situação do *Apostolado*, nesse momento não era das mais prósperas. O número dos seus contribuintes subia a 209 mas, nas *contribuições gerais* já se verificara um decréscimo de mais de 3 contos de réis. Os resultados obtidos, já haviam sido conseguidos, porém, com muito esforço. Embora, como julgava o chefe do movimento positivista, êste aspecto material não traduzisse uma diminuição qualquer na marcha do positivismo no Brasil, a verdade era que, como êle mesmo dizia, “a maior parte dos que simpatizam com a nossa doutrina e que aproveitam com o nosso apostolado, descursa o dever elementar de nos conceder o seu apóio material. A êste propósito, — acrescentava Miguel Lemos, “é curioso notar que freqüentes vêzes sou consultado, sôbre assuntos privados ou públicos, por pessoas que para isso invocam suas simpatias positivistas, e que entretanto não se julgam obrigadas a nos auxiliar com uma contribuição qualquer” (10).

O *Apostolado* parecia lentamente por falta de recursos materiais. A situação não melhoraria nos anos que se iriam seguir.

(8). — Miguel Lemos, *Circular de 19 de César de 115*, (11 de maio de 1903), p. 2.

(9). — Ainda em 1898, há fatos curiosos que devemos anotar aqui, pois têm alguma importância para a história do positivismo no Brasil. Por exemplo, a *Revue Occidentale*, órgão do laffittismo publicara em janeiro de 1898 uma nota necrológica sôbre a Senhorita Maria von Ribbentrop, filha do Barão Adolf von Ribbentrop, cujo nome figurava, como representante da Prússia, entre os membros do *Comité Positivista Occidental* que Augusto Comte planejara no seu *Testamento*. Foi por intermédio desta Senhora, que era então professora em casa de uma família brasileira que vivia em Bruxelas, que Pereira Barreto, Joaquim Ribeiro de Mendonça e F. A. Brandão conheceram o positivismo, que “se fizeram missionários da nova fé” (*notícia sôbre Melle Maria de Ribbentrop*, por Emile Antoine, in *Revue Occidentale philosophique, sociale et politique*, 2a. série, t. XVI jan. 1898, p. 145). Mas êsse fato histórico irritava o diretor do *Apostolado* que, já então, havia rompido com os três promotores da fé positivista no Brasil. “Essa pia legenda dos três apóstolos, um para o sul (Pereira Barreto), outro para o centro (Mendonça) e o terceiro para o norte, — escreve Miguel Lemos — já fôra exposta com uma seriedade admirável pelo Snr. Laffitte, em sua última circular anual” (Miguel Lemos, 18a. *Circ. An. do Apost. Posit. do Brasil*, p. 45, Cf. pp. 61-75. A 18a. *Circular Anual*, anuncia ainda e comenta, os artigos de Georges Dumas na *Revue de Paris* (outubro de 1898). O Prof. Dumas era ali acusado de não haver compreendido o alcance da tentativa feita por Augusto Comte junto ao Geral dos Jesuítas para que positivistas e jesuítas fizessem uma aliança religiosa (Cf. 18a. *Cir. pp. 49-50*). Um artigo de Levy-Bruhl na *Revue des Deux Mondes* (de 15 de dezembro de 1898) também é objeto da atenção de Miguel Lemos. Este recebe elogios de Miguel Lemos, embora o diretor do Positivismo Brasileiro, considere o trabalho de Levy-Bruhl pouco profundo (Cf. *Circular citada*, pp. 50-51). O autor do conhecido Dicionário de Filosofia, Alexis Bertrand, que escrevera para a *Nouvelle Revue*, um artigo sôbre Augusto Comte como *reformador da educação*, também recebe elogios de M. Lemos (cf. *Circ. cit. pp. 52-54*). O mesmo acontece com as obras de N. Fornelli (*L'Opera di Augusto Comte*, Milano, Palermo, ed. Remo Sandron, I vol in-16, de 230 pp.) 1898, e a do Snr. Gilardoni (*Le Positivisme*, in 8o.). Aliás, nesse ano, o *Apostolado* publicou várias obras e muitas traduções, como se poderá verificar na *citada Circular*, (pp. 58-59). Os positivistas como se vê, estavam muito bem informados sôbre a bibliografia comteana.

(10). — Miguel Lemos, 18a. *Circular Anual*, do *Apost. Posit. do Brasil*, (1898), p. 90.

III

A GUERRA HISPANO-AMERICANA E A ATITUDE DOS POSITIVISTAS

Em face da guerra hispano-americana, os positivistas brasileiros, tomariam posição pelos Estados Unidos, apesar das simpatias que votavam à Espanha. “Para nós, o que mais importava era a independência de Cuba. Essa independência aparcia-nos, de um lado, como uma nova consequência da lei histórica relativa ao desmembramento moderno das grandes nacionalidades; e, por outro lado, ela se nos apresentava como inteiramente legítima ante a incapacidade da mãe-pátria. O conflito hispano-americano, não era, a nosso ver, senão um incidente desse fenômeno capital; e nós não podíamos desejar a vitória da Espanha, isto é, a escravidão de Cuba, somente porque talvez houvesse alguma coisa de censurável na maneira pela qual os Estados Unidos provocaram a guerra. Mau grado tôda a nossa simpatia pela nação espanhola, não cremos que ela representasse nessa luta os interesses da Humanidade. Fizemos, pois, votos pela vitória dos Estados Unidos, tanto mais que julgávamos que eles não abusariam do seu triunfo, pelo menos no que se referia à independência cubana” (1). Francamente favoráveis à Europa quase sempre, não se enganavam, porém, os positivistas quanto à moralidade das relações internacionais mantidas pelas nações européias em relação às nações americanas. “A conduta dos Estados Unidos, dizia ainda Miguel Lemos, em sua 18.^a *Circular*, foi muito superior às intervenções habituais das potências européias” (2). Ela não foi precipitada nem injustificável, enquanto que a atitude da Espanha para com a sua colônia havia sido criminosa. Embora Cuba viesse a cair, uma vez livre do jugo espanhol, numa série de convulsões interiores, em virtude do caráter precário das ditaduras latino-americanas, a independência cubana representava na opinião dos positivistas brasileiros ainda o melhor partido para a causa da Humanidade. “Não acreditamos que a Europa tivesse podido oferecer uma mediação qualquer, acrescentava Miguel Lemos. Em primeiro lugar, porque lhe faltava para isso autoridade moral, e

(1). — Miguel Lemos, 18a. *Circular Anual*, do Apost. Positivista do Brasil, pp. 25-26

(2). — Miguel Lemos, *Ob. cit.* p. 26.

depois porque as grandes potências se acham divididas pela sua desconfiança e cobiça mútuas. E quanto a uma intervenção latino-americana, não havia que cuidar disso, porquanto as nossas jovens repúblicas não têm para isso prestígio e acôrdo suficientes. Aliás, tôda mediação em favor da paz que não tivesse como base prévia a independência de Cuba, teria naufragado necessariamente diante das legítimas exigências dos Estados Unidos; e, por outro lado, o orgulho espanhol teria recusado admitir semelhante base enquanto não houvesse reconhecido a sua completa impotência (...). Não esqueçamos também que a questão cubana afetava muito de perto a política colonial das potências européias. Isso basta para explicar as simpatias que a causa da Espanha encontrou na França, na Itália e na Alemanha. Se a Inglaterra pareceu constituir uma exceção, foi por motivos particulares, destituídos de tôda sinceridade. Esses governos e as classes que os sustentam viam perfeitamente os perigos que a derrota da Espanha poderia acarretar para as pretensões dominadoras que abrigam. E isso era mais uma razão para apoiarmos a causa de Cuba, que não mais se podia separar da vitória dos Estados Unidos" (3).

Aliás, os que no Brasil eram favoráveis à causa da Espanha, constituíam uma minoria de imperialistas, de ex-escravocratas, os que haviam sido partidários da Revolta da Esquadra, que não perdoavam aos Estados Unidos as simpatias que estes dispensaram ao governo de Floriano (4).

(3). — Miguel Lemos, *Ob. cit.* pp. 26, 27 e 29. "Não era essa a concepção dos positivistas ingleses, como por exemplo Malcolm Quin, diretor da Igreja Positivista de Newcastle-on-Tyne que mantinha relações amistosas com o *Apostolado*. Malcolm Quin condenava a agressão norte-americana e advogava a intervenção européia no conflito hispano-americano. Para Miguel Lemos, o problema que o conflito apresentava não podia ser considerado à luz dos princípios, mas sim das circunstâncias. Os positivistas brasileiros estavam, porém, inteiramente de acôrdo com os seus correligionários ingleses quanto à Doutrina de Monroe porque "1o. essa doutrina não isenta os Estados Unidos da responsabilidade internacional; 2o. porque uma doutrina destinada a impedir tôda a agressão européia na América não pode ser interpretada como conferindo um monopólio de agressão aos próprios Estados Unidos; 3o. porque uma questão em que se acham envolvidos interesses atuais de um país europeu não pode ser contida nos limites dessa doutrina" (M. Lemos, 18a. *Circ. An. do Apost. Posit. do Brasil*, pp. 41-42). Havendo ainda o diretor da Igreja Positivista de Newcastle publicado o seu livro, *Industrial Imperialism*, "valente e decisivo protesto contra a política de expansão colonial da Inglaterra" (M. Lemos, *Ob. cit.* p. 42), os positivistas brasileiros admiraram muito a coragem do correligionário britânico que dizia ao seu país uma série de verdades. Vêr, Malcolm Quin, *The Spanisch-American War (Political Tracts, I)* e *Industrial Imperialism (Political Tracts, II)*.

(4). — Miguel Lemos, *Ob. cit.* p. 28. Cf. José Maria Belo, *História da República*, 1a. ed., p. 183, V. ainda Miguel Lemos, 13a. *Circ. An. do Apost. Posit. do Brasil*, pp. 18-19.

IV

OS POSITIVISTAS E A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA.

Em princípios de 1904, Teixeira Mendes estava novamente de partida para Paris a fim de ali inaugurar, na antiga casa de Clotilde de Vaux, à rue Payenne n.º 5, uma miniatura — que lá ainda se encontra — do Templo da Humanidade. O seu subsídio sacerdotal permitia-lhe fazer seguidas viagens a Paris para ali reavivar a fé positivista, tão pouco cultivada pelo grupo de Pierre Laffitte. Assim, em favereiro seguia êle para a “santa cidade”, a emprender a catequese dos habitantes daquela Meca sem fé. . .

E' em 1904 que se agrava o combate do *Apostolado* contra o que êle chamava de *despotismo sanitário*, contra a vacinação obrigatória. Oswaldo Cruz, que liquidara a febre amarela e os frequentes surtos de peste bubônica, iniciara então o combate à varíola (1). “Alimentada pela prepotência do govêrno, ao serviço do materialismo médico, a questão (do *despotismo sanitário*) recrudescêu, tomando proporções que empolgariam, de todo, a alma da Nação e atingiram às verdadeiras raias do terror”, escreve um dos mais fiéis discípulos dos Apóstolos brasileiros (2). A vacinação obrigatória constituiria como é sabido, um dos motivos de agitação política contra o govêrno. E' certo também que, “mesmo entre as camadas mais cultas da sociedade, não se desarmavam as prevenções contra a vacina” (3).

Fazendo côro com as prevenções existentes, os positivistas, fiéis aos ensinamentos de Augusto Comte também negavam a vacina, opondo-se tenazmente à obrigatoriedade da mesma. O “materialismo médico”, afirmavam os positivistas, nada respeitava: “nem o pudor, nem o respeito devido à delicadeza feminina! Nem a bondade para com as crianças, nem o acatamento à velhice”. A vacinação obrigatória teria assim, contra ela, decididamente, a ciência e a moralidade positivistas.

Em virtude da veemência dos protestos positivistas contra a vacinação obrigatória, seriam os adeptos de Comte acusados de

(1). — Pelo decreto de 4 de abril de 1811 fôra criada no Rio de Janeiro a repartição da vacina no Rio de Janeiro (Melo Moraes, *Crônica Geral do Brasil*, t. II, p. 141). O govêrno provisório da República também cuidou do assunto, tornando a vacina obrigatória para a infância, mas a lei jamais foi cumprida.

(2.) — João Pernetta, *Os Dois Apóstolos*, vol. III, p. 43.

(3). — José Maria Belo, *História da República* (2a. ed.), p. 232.

haver provocado o levante militar de 14 de novembro de 1904 tentado pela oposição, que se aproveitara do movimento popular (4) contra a vacinação com o fito de depor o governo Rodrigues Alves.

Como é sabido, em outubro de 1904, a vacinação e revacinação contra a varíola eram tornadas obrigatórias em todo o território da República. Contra esta importante medida de defesa sanitária, devida a Oswaldo Cruz, insurgiram-se desde logo os positivistas, defensores sempre atentos dos direitos do cidadão. Aos positivistas, que eram sinceros e que seguiam coerentemente a letra da doutrina do Mestre, juntar-se-iam, aproveitando da ocasião, os exploradores da opinião pública, os demagogos, os agitadores, ligados ou açulados pelos políticos que faziam oposição ao governo de Rodrigues Alves. Assim, aos que se batiam por um princípio doutrinário, iriam ligar-se demagogos e agitadores de toda ordem que, sob o pretexto da defesa da pureza dos princípios republicanos, apenas desejavam depor um governo que não lhes satisfazia as ambições. A república *jacobina* de Floriano estava sendo substituída por uma república de *conselheiros* — diziam — e, sob o pretexto da lei que estabeleceu a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, tiveram lugar, no Rio, em novembro de 1904, graves desordens. “Fundara-se — diz José Maria Belo — “uma *Liga contra a Vacina Obrigatória*, que centralizava a reação contra Oswaldo Cruz, em breve ampliada ao governo e às próprias instituições políticas. Reaparecia o velho sonho dos primórdios da República, de uma ditadura militar, de essência positivista, capaz de salvar a *pureza dos princípios republicanos*; o senador Lauro Sodré, militar e político, probo e digno, que se distinguira contra o golpe de estado de Deodoro da Fonseca, era o chefe da revolução” (5).

As arruaças tiveram início na tarde de uma quinta-feira, 10 de novembro de 1904. Nos dias que se seguiram, estender-se-iam os tumultos ao centro da cidade, ameaçando atingir também vários bairros e morros. E' desse dia o conhecido *quebra lampiões* que, assim como a insurreição militar da escola de Praia Vermelha, parece ter decidido o ministro da justiça de então, o Dr. J. J. Seabra, a reagir seriamente. O general Piragibe conduz, na noite de 14, as tropas fiéis ao governo contra os revoltosos que, depois de alguns tiros, recuam e se dispersam. Terminaria assim, o levante contra a vacinação obrigatória.

Vejamos agora como os positivistas comentaram esta aventura. Teixeira Mendes dirá que a “principal responsabilidade dessa desgraça recai sobre as classes dominantes, não só instituindo o

(4). — Ao dar notícia da excitação popular contra a vacinação obrigatória, Teixeira Mendes refere-se à intervenção do Prof. Joaquim da Silveira que, em São Roque, realçou a “nobre conduta de 36 operários de Mairinque que foram despedidos por haverem recusado submeter-se à tirânica medida” (T. Mendes, *Circ. An. 24o. ano, 1904, p. 52*).

(5). — José Maria Belo, *Ob. cit., loc. cit.*

despotismo sanitário, mas também elevando-o ao auge, com a decretação da vacina obrigatória. Foi isso que “provocou a reação moral e deu azo aos mais revolucionários para a revolta material, de que as ambições políticas de alguns tentaram aproveitar-se para mudar o pessoal governamental”. “Ora, — acrescentará o Apóstolo — semelhante mudança, quando mesmo se operasse sem lutas civis, não podia acarretar senão novas decepções, como as que têm sucedido ao 15 de novembro de 1889” (6). Longe estavam agora os positivistas do entusiasmo com que haviam, dias depois de 15 de novembro de 89, aderido à República... O “elance regenerador” daquele tempo desaparecera. Não são leis que faltam, dizia Teixeira Mendes, são homens, homens “imbuidos de verdadeiro civismo para compreender que a salvação da Pátria e do Mundo depende do sincero respeito às leis que já temos: Dominado por juristas, acessoriamente servidos por médicos e engenheiros, todos mais ou menos céticos e mais ou menos materialistas, o povo brasileiro está exposto a tôdas as aberrações políticas resultantes da imitação empírica dos *governos das grandes nações* ocidentais, e sobretudo da França. Nós não estamos protegidos senão pelo conjunto das qualidades afetivas tradicionais, caracterizadas politicamente pelas nossas tendências liberais, mesmo nas classes poderosas. O Positivismo só tem feito sistematizar essas tendências” (...). Vê-se, pois, que o nosso mal não provém somente dos homens; o nosso mal resulta da situação geral da nossa burguesia, que toma, aliás, para modelo, a burguesia francesa. E’ essa situação que urge modificar por uma ativa propaganda, apelando continuamente para as qualidades de coração, de espírito, e de caráter, que herdamos dos nossos cavalheirescos antepassados. Tal tem sido invariavelmente o fito do Apostolado Positivista Brasileiro” (7).

Somente o progresso pode realizar as mudanças necessárias. Para que serve então, mudar alguns homens? — indaga Teixeira Mendes. “Que exemplo mais frisante da insuficiência de tal recurso do que o 15 de novembro? Todos os que se unem contra um governo em nossos tristíssimos dias não ficam ligados senão pela animosidade comum contra os dominadores do momento. Mas cada grupo, cada membro do partido revolucionário tem as suas ambições próprias. De sorte que, no dia da vitória, estão eles desunidos e prosseguindo cada qual o seu fito. E’ claro que semelhante situação impõe como regra suprema da política, a manutenção das autoridades existentes, reclamando apenas delas a garantia de uma plena liberdade espiritual e de liberdade industrial, a fim de que prevaleçam, sem violência e sem obstáculos artifi-

(6). — Teixeira Mendes, *Circular Anual* do Apost. Positivista do Brasil, 1904, p. 42.

(7). — *Ibidem*.

ciais, as opiniões e os costumes compatíveis com o estado de civilização a que houver atingido a Humanidade” (8). O recurso às revoluções, é pois, injustificado e são inadmissíveis esses bárbaros expedientes” (9).

Sempre foi essa a doutrina dos positivistas brasileiros, fidelísimos discípulos do Mestre. No entanto, houve quem acusasse os positivistas como insufladores da revolta contra a vacinação. “Apesar do nosso escrupuloso alheamento das intrigas políticas, especialmente recordado em nossas intervenções do ano próximo findo (1903), os nossos adversários quiseram envolver-nos nos movimentos insurreccionais de novembro último, só porque havíamos combatido por todos os meios pacíficos, a vacinação obrigatória” (10).

Mas, a *Igreja Positivista* facilmente dissolveria as insinuações dos seus adversários. A “*Igreja Positivista do Brasil* — escreveria Teixeira Mendes, dirigindo-se à redação do *Temps*, em resposta a um telegrama publicado em 16 de novembro de 1904, no *Jornal do Comércio*, — a Igreja Positivista do Brasil, de acôrdo com os seus antecedentes, combateu a vacinação obrigatória por todos os meios pacíficos, em nome da liberdade espiritual; mas ela não tem solidariedade alguma com o movimento revolucionário atual no Rio, movimento que ela condena radicalmente como contrário, ao mesmo tempo, à Ordem e ao Progresso. Não é lícito acusar indistintamente os *positivistas brasileiros* pela conduta política de pessoas que não fazem parte da nossa Igreja, embora se digam positivistas, ou possam passar por positivistas. Porque não temos cessado de mostrar que tal conduta é contrária às prescrições as mais formais da Religião da Humanidade. Neste angustioso momento, a nossa atitude é a de sempre. Em nome dos interesses vitais da Família, da Pátria e da Humanidade, aconselhamos e suplicamos: *Ao Povo*, que renuncie inteiramente ao emprêgo de todos os meios violentos; *Ao Govêrno* que respeite as liberdades públicas conquistadas pelos nossos antepassados e especialmente a liberdade espiritual, renunciando a execução da lei de vacinação obrigatória, que foi causa ou pretexto dos acontecimentos atuais. A autoridade nada perderá de seu prestígio com essa medida de pacificação” (11). Nem conselho nem súplica poderiam ser ouvidos pelo povo ou pelo govêrno, que — não sabiam nem podiam compreender — a linguagem contraditória dos adeptos de Augusto Comte.

*

*

*

(8). — Teixeira Mendes, *Ob. cit.*, pp. 44-45.

(9). — Cf. Teixeira Mendes, *O Positivismo e o Recurso às Insurreições*.

(10). — Teixeira Mendes, *Circ. Anual* (1904) p. 45.

(11). — Teixeira Mendes, *Ob. cit.*, pp. 45, 46.

Diante destas últimas palavras de Teixeira Mendes, verifica-se que Sérgio Buarque de Holanda tem razão quando suspeita que os positivistas, — como aliás outros que não o são, mas que enveredaram pelo mesmo caminho — têm um secreto horror à realidade nacional... Os sentimentos dos nossos positivistas, como se depreende dessa súplica e desse conselho de Teixeira Mendes, vedava-lhes “continuamente a possibilidade de inspirarem qualquer sentido construtivo, *positivo* aos nossos negócios públicos. As virtudes que ostentavam — a probidade, o desinterêsse pessoal — não eram forças com que pudessem lutar contra políticos mais ativos e menos escrupulosos”... (12).

(12). — Sérgio Euarque de Holanda, *Raízes de Brasil* (1a. ed.) pp. 120-121. Em marco de 1908 publicava Teixeira Mendes o opúsculo, *A Higiene Oficial e a Verdadeira Higiene*, em que examinava, à luz do critério do Mestre, os problemas sanitários do Rio de Janeiro e no qual ainda uma vez protestava contra o despotismo sanitário e criticava a medicina oficial. Da mesma ocasião é também o opúsculo, *Ainda a Vacinação Obrigatória e a Política Republicana*, em que os positivistas protestam contra a ordem do Prefeito do Distrito Federal que tornara obrigatória a vacinação para a matrícula nas escolas públicas. Nesse opúsculo Teixeira Mendes transcreve um discurso pronunciado por Ruy Barbosa em 16 de novembro de 1904, contrário à obrigatoriedade da vacinação: “Nesse assunto — dizia Ruy Barbosa — é hoje, pois, convicção minha, só uma certeza existe: a de que o Estado comete uma violência, a de que o Estado exorbita das suas funções constitucionais, a de que o Estado perpetra um crime, assumindo o papel de árbitro nesta lide e ditando penalmente a sua leviana sentença. Não valem exemplos da Alemanha. A Alemanha é uma nação aquartelada. O seu direito constitucional culmina no poderio pessoal do Imperador, servido por uma administração militarizada. Falem-me da Alemanha nas suas lições científicas. Mas não venham falar a uma república liberal nas lições administrativas e políticas de um Império moldado no aço dos regimentos de guerra” (*Apud* Teixeira Mendes, *Ainda a Vacinação Obrigatória e a Política Republicana*, p. 8). A estes opúsculos outros se juntariam, ainda em 1908, como por exemplo: *As reflexões em aditamento a extratos das publicações sobre a vacina; Ainda a Higiene Oficial e a Verdadeira Higiene* (19 de março); *Ainda a Higiene Oficial e a política republicana* (24 de março); *Ainda a questão da varíola e da Vacina* (14 de julho); *A Vacina e a Proteção dos Animais* (14 de agosto); *Ainda a política republicana e a tirania vacinista* (25 de agosto).

O POSITIVISMO E O RECURSO DE INSURREIÇÃO.

Discutiu-se, nos primeiros anos dêste século — a propósito das acusações que foram feitas aos positivistas, por ocasião da revolta de 14 de novembro de 1904 — se a doutrina de Augusto Comte pregava o direito de insurreição, o recurso à revolução.

O Major Gomes de Castro publicou, no "Jornal do Comércio", em janeiro de 1906, sob o título, *O Positivismo e o direito de Insurreição*, um artigo em que afirmava ser clamorosamente falso dizer-se que o conhecimento das leis naturais levava Augusto Comte a condenar o recurso atual às revoluções. A soberana verdade — dirá o Major Gomes de Castro — "é que o Mestre justificou e sistematizou cientificamente o recurso não só atual, como normal às revoluções, e constatou a plena justiça de tôdas quantas representem um recurso extremo dos povos contra a tirania, não só no passado como no presente, e mesmo no futuro" (1).

Procurava dêste modo o Major Gomes de Castro, justificar, com palavras de Comte, a insurreição de 14 de novembro de 1904.

Teixeira Mendes alinharia contra essa tese, apressada e incompleta do Major Gomes de Castro, uma série de textos que concluem precisamente pela condenação das insurreições. Augusto Comte, declara expressamente que "*não desejou de modo algum nem mesmo aprovou*, as insurreições de 1830 e de 1848, e que não se devia tentar insurreições contra o segundo Bonaparte. E, quanto aos outros elementos ocidentais, êle ensina que a transformação republicana devia neles operar-se sem nenhuma insurreição" (2).

"E' falso, ajuntava o Major Gomes de Castro, dizer-se que um sectário do positivismo não pode fazer a apologia da revolução em nossos dias, e muito menos encabeçá-la ou tomar parte nela. A soberana vontade é que o *positivismo vai ao ponto de não hesitar em aprovar e até mesmo em recomendar a revolução, não só em nossos dias, como em dias quaisquer, tôdas as vêzes que ela se tornar realmente indispensável*" (3). Indagava ainda o mesmo militar, se a sociedade brasileira não estivera diante de uma da-

(1). — Major Gomes de Castro, *O Positivismo e o direito de Insurreição*, apud T. Mendes, *O Positivismo e o Recurso às Insurreições*, p. 5.

(2). — Major Gomes de Castro, *art. cit.*, apud T. Mendes, *Ob. cit.*, p. 18.

(3). — *Apud*, T. Mendes, *Ob. cit.*, p. 23.

quelas situações históricas, a 14 de novembro de 1904, que justificavam o extremo de uma revolução. Não tinham sido os próprios artigos de Teixeira Mendes contra o despotismo que o haviam, a êle, major Castro, feito pegar novamente em armas, na defesa da liberdade?

A resposta de Teixeira Mendes (que é longa demais para ser aqui reproduzida), sintetizava-se nesta frase: “nem insurreição, nem submissão absoluta: firme resistência passiva de sempre” (4). Tal seria a doutrina de Teixeira Mendes, “enclausurado dentro do seu rabujento Apostolado” (5), e convencido de que “só dêle pode provir a solução da crise”, — dizia o Major Gomes de Castro... (6).

(4). — T. Mendes, *Ob. cit.*, p. 27. Cf. João Pernetta, *Os Dois Apóstolos*, vol. III, pp. 62-64.

(5). — Major Gomes de Castro, *art. cit.* apud, T. Mendes, *Ob. cit.*, p. 112.

(6). — *Ibidem.*

VI

A SEPARAÇÃO DA IGREJA E DO ESTADO EM FRANÇA E A ATITUDE DOS POSITIVISTAS BRASILEIROS.

Decrescera em 1904 o número dos subscritores do subsídio geral do *Apostolado*, 26 pessoas deixariam de contribuir nesse ano. O *Apostolado* passara em 1904, por um mau momento (1).

Em fevereiro de 1905 Teixeira Mendes empreendera a sua segunda "peregrinação apostólica" a Paris, deixando para substituí-lo na prédica, desta vez, a Eliseu Fonseca de Montarrois e a Pedro Galvão que já, anteriormente, haviam servido no *Apostolado*. Na explicação do *dogma* aos adolescentes, continuavam como antes, Pedro Galvão e João Fernandes da Silva (2).

A 2 de junho de 1905 inaugurava-se na "cidade sagrada", o primeiro Templo da Humanidade.

*

* *

Discutia-se nesse ano, na Câmara Francesa, a separação da Igreja e do Estado, e era relator dessa lei, Aristide Briand (3) Ele servir-se-ia, parece, do exemplo brasileiro na questão da separação da Igreja e do Estado e da contribuição positivista para apoiar o seu parecer sobre a separação. Teixeira Mendes, que se encontrava em

(1). — E' o seguinte o quadro das subscrições desde 1890:

1890 — 159	1896 — 194	1902 — 253
1891 — 174	1897 — 195	1903 — 228
1892 — 220	1898 — 209	1904 — 202
1893 — 193	1899 — 208	
1894 — 197	1900 — 224	
1895 — 181	1901 — 241	

Apud. Teixeira Mendes, *Circ. An.* 24.^o ano, 1904, p. 59.

- (2). — João Fernandes da Silva explicava a dois outros moços a mecânica geral, quando um deles, filho de Teixeira Mendes, partiu para Pittsburg, nos Estados Unidos, a fim de aí completar a sua aprendizagem como electricista (T. Mendes, *Circ. A.* 25.^o, 1905, p. 33). As escolas técnicas de Pittsburg, assim como a de Mitiweida, na Saxônia, atrairiam, nos princípios do nosso século, muitos jovens brasileiros que nessas escolas procuravam uma formação exclusivamente técnica, necessária às novas condições do Brasil. O Eng.^o Trajano Saboia de Medeiros exerceu, parece, influência no sentido de indicar aos jovens esse caminho técnico.
- (3). — Cf. Aristide Briand, *La Séparation des Églises et de l'État*, pp. 214-217, *apud* T. Mendes, *Circ. An.* 25.^o ano, 1904, pp. 10-12.

París, publicaria ali, um *Appel Fraternel* (4), onde além de trechos do *Catecismo Positivista* (pp. 11-22), do *Sistema de Política Positiva* (pp. 23-27), e do *Apêlo aos Conservadores* (pp. 38-43), há uma nota histórica sobre o advento da república e a instituição da liberdade espiritual no Brasil a fim de ver a realização que aí encontraram os ensinamentos de Augusto Comte a este respeito (pp. 45-99).

Nesse trabalho, que é, ao mesmo tempo, um interessante resumo da história do positivismo no Brasil, estuda Teixeira Mendes a situação legal da Igreja, segundo a Constituição política do Império e as transformações por que passaria essa situação, depois do advento da República, indicando a parte que nessas transformações tiveram Demétrio Ribeiro e Miguel Lemos (5), Campos Sales, Benjamim Constant (6), Ruy Barbosa e a complicação surgida em virtude da atitude do Governador provisório do Maranhão, Dr. Pedro Tavares Júnior que, já em 25 de dezembro de 1839, ali proclamara a plena liberdade do exercício do culto (7).

Infelizmente, porém, na opinião de Teixeira Mendes, a lei da separação do Estado e da Igreja, em França, não se faria segundo os conselhos de Augusto Comte. "Menosprezado o programa político do nosso Mestre — escreve o apóstolo brasileiro — a lei de separação operou-se como o resultado de cego empirismo que, desde a Grande Crise de 1789, mantém o Ocidente na dissolução retrógrado-revolucionária" (8). A "metafísica democrática, deísta, panteísta e atéia", mantém o seu predomínio, violando a liberdade e "criando obstáculos despóticos à regeneração humana" (9). O predomínio da metafísica na "santa metrópole ocidental" é devido ao próprio clero católico. Outra seria a situação se o "sacerdócio católico tivesse, desde 1854, aceitado as exortações e solicitações do nosso Mestre (10)... Mas os "representantes tradicionais do clero medievo" acharam que era útil para eles a confusão dos dois poderes, o espiritual e o temporal, e o resultado, concluía Teixeira Mendes, ali estava. O que se fizera fôra uma separação despótica, atentatória da liberdade espiritual...

Estende-se pois, o apóstolo brasileiro em longas considerações sobre a doutrina positivista da separação da Igreja e do Estado e

(4). — T. Mendes, *Appel Fraternel aux catholiques et républicains français pour que ce soit institué la Liberté Spirituelle d'après Auguste Comte et non seulement la Séparation Despotique des Églises et de l'État, etc.*, — tal é o título da obra de Teixeira Mendes, publicada em Paris em abril de 1905.

(5). — T. Mendes, *Appel Fraternel*, pp. 71-72.

(6). — T. Mendes, *ob. cit.* p. 73. Como se sabe, Benjamim Constant hesitava em dar a sua adesão ao decreto apresentado por Demétrio Ribeiro. Benjamim Constant, segundo afirma Teixeira Mendes, temia uma revolução clerical, porque supunha que o clero católico tinha uma grande força na população dos campos. Havia uma ameaça: a de uma rebelião em Minas Gerais (Cf. T. Mendes, *Appel Fraternel*, p. 73, nota 1).

(7). — Cf. T. Mendes, *ob. cit.*, pp. 77-87.

(8). — T. Mendes, *Circ. An.* 25.º ano, 1905, p. 17.

(9). — *Ibidem*.

(10). — *Ibidem*, pp. 17-18.

acêrca da liberdade espiritual, repelindo as “pretensões absolutistas do Estado, isto é, do govêrno temporal, sôbre os bens quaisquer que a evolução empírica da Humanidade confiou aos cleros teológicos (11), cleros êstes que só podem desaparecer depois de surgir suficientemente o sacerdócio definitivo, pois que *não se destrói senão o que se substitui* (12). De outro lado, o “estabelecimento da plena liberdade espiritual facilitarã, — acreditava Teixeira Mendes — o advento e a espontânea supremacia social do sacerdócio definitivo ao qual, em vista da posteridade, os sacerdócios exaustos transmitirão um dia, dignamente, a herança do passado que até então tiver estado sob a sua guarda” (13).

Criticando a atitude da política francesa, — “metafísica, democrática, deísta, panteísta e atéia”... — Teixeira Mendes mostra que, “*não é cabível invocar a atitude anti-revolucionária do sacerdócio católico, para justificar a conduta opressiva da política atualmente dominante em França. Não é lícito esperar que o clero católico colabore para a regeneração social senão prestando o concurso que empiricamente resulta de sua constituição, segundo o regime medievo. Procedendo lealmente, os governos ocidentais só devem contar com o sacerdócio católico para defender espontaneamente, contra as utopias revolucionárias e retrógradas, as grandes instituições sociais, consolidadas, desenvolvidas, ou inauguradas pelo regime católico-feudal. Semelhante concurso, o sacerdócio católico não poderá jamais negar à reorganização social; porque é só como órgão tradicional dessas inestimáveis conquistas, morais e políticas, que o sacerdócio católico conserva o seu prestígio junto aos corações femininos*” (14).

E' inegável ainda, acrescenta Teixeira Mendes, o “precioso concurso do clero católico na sustentação dos sentimentos e convicções indispensáveis à regulamentação moral da Propriedade. Uma religião que ensina que todos os homens são irmãos e que coloca o amor acima da inteligência e da atividade, não pode senão favorecer o livre estabelecimento das regras destinadas a garantir a harmonia entre os patrões e os proletários. O elogio da pobreza, a repressão ao luxo, a recomendação da sobriedade, a santificação da humildade, tudo por amor, sem servilismo, não podem senão convergir para êsse desiderato. Certamente, êsse ensino virã de envolta com as iluminuras teológicas. Mas o coração feminino e o bom senso vulgar dos ocidentais acham-se espontaneamente, há muito, garantidos contra qualquer influência realmente nociva dessas crenças, graças ao conjunto das conquistas morais, políticas, estéticas, científicas e industriais, de que o clero católico

(11). — *Ibidem*, p. 21.

(12). — *Ibidem*.

(13). — *Ibidem*, pp. 21-22.

(14). — *Ibidem*, p. 22.

mesmo tornou-se fatalmente órgão” (15). Tudo isso não impede que Teixeira Mendes, na mesma *Circular*, páginas mais adiante, diga que “sem dúvida, a doutrina católica é fatalmente antagônica ao espírito da civilização moderna, que, através dos mais cruéis dilaceramentos, se está organizando, eliminando tôda influência teológico-militar, pelo ascendente, espontâneo e sistemático da Humanidade. O sacerdócio católico há de, pois, ser adversário de tal civilização até que o Positivismo se patenteie, à maioria dos corações fervorosos, como o digno herdeiro do Catolicismo social da Idade Média. Mas isso não impede, conforme se viu, que o sacerdócio católico preste, e com tanto maior alcance quanto maior for a devastação revolucionária, o concurso que até hoje prestou para a sustentação das inestimáveis conquistas ocidentais ameaçadas hoje, não só pelos deístas, panteístas e ateus, como pelos monoteísmos rivais e pelas seitas protestantes. Para não contrariar e até favorecer a nobre eficácia final do sacerdócio católico, o essencial é que os governos modernos assegurem a plena liberdade espiritual e industrial, sem proporcionar ao mesmo sacerdócio nenhum prestígio fictício, mas também sem oprimí-lo ou tolhê-lo de quaisquer modos em sua livre atividade” (16).

A lei francesa de separação era, porém, “manifestamente hostil ao digno sacerdócio da religião católica. Mas a separação dos dois poderes é tão indispensável ao cabal preenchimento das funções de ambos, que essa situação opressiva torna-se mais favorável ao desempenho da missão regeneradora do clero católico do que o era a sua união anterior com o Estado. Porque, ficando independente do Govêrno, êsse clero só pode contar doravante com a opinião pública; e desde então, para conquistar e manter a sua liberdade de ação, terá que invocar não os privilégios de sua suposta origem divina (17), mas as supremas razões de ordem puramente humana que motivam a instituição política de plena liberdade espiritual e material (18). E assim, como na Idade Média

(15). — *Ibidem*, p. 23.

(16). — *Ibidem*, pp. 24-25.

(17). — Em abril de 1903, T. Mendes publicava o seu livro, *O Culto Católico (reflexões positivistas sobre o culto católico, considerado como o herdeiro das religiões anteriores pela adoração do Redentor e precursor imediato da Religião da Humanidade pela adoração da Virgem Mãe)*.

Trái assim, o subdiretor do *Apostolado*, as suas preocupações essencialmente religiosas nessa época. Nesse trabalho, Teixeira Mendes estuda a evolução humana no sentido de caracterizar o meio social em que surgiu a religião católica. Examina a fundação, explica-lhe a evolução, compara a sua liturgia com as práticas litúrgicas de outras religiões e fornece uma interpretação da sua história. Não é nosso objetivo examinar aqui, com a devida atenção, esse interessante livro de Teixeira Mendes que, por si só mereceria um estudo crítico especial, mas simplesmente assinalar as conclusões a que chega o Apóstolo positivista que tão grande admiração demonstrava pelo catolicismo, embora estivesse afastado dêle e incorresse, é preciso dizer, nesse seu trabalho, em heresias graves que a Igreja condena. Não é necessário dizer que ainda aqui, Teixeira Mendes seguira, fielmente, as idéias do Mestre.

Na conclusão do seu trabalho, Teixeira Mendes apresenta um interessante cotejo entre a missa da festa da Assunção e o tipo de oração pública, segundo o positivismo (Cf. Teixeira Mendes, *O Culto Católico*, pp. 203-211).

(18). — T. Mendes, *Circ. An.* 25.º ano, 1905, p. 25.

êsse clero buscou apôio em Aristóteles, irá agora, — acreditava Teixeira Mendes — aceitar do nosso Mestre, um apôio análogo... (19). Tal era a cândida perspectiva que o apóstolo apresentava acêrca do futuro desenvolvimento da história...

Não obstante a simpatia que sempre demonstraram pelo catolicismo (20), do qual se julgavam quase como legítimos e naturais herdeiros, os positivistas ortodoxos brasileiros não deixariam de assinalar, porém, por ocasião da instituição do cardinalato brasileiro, "a gravidade das disposições morais e políticas" da ingerência do governo nessa questão, pois fôra a pedido do nosso governo que Pio X criara o primeiro cardeal da América para o Brasil (21). E mais de uma vez, em nome da liberdade espiritual, voltariam êles a combater a religião que tanto veneravam.

(19). — *Ibidem*, p. 26.

(20). — Seguindo um voto do Mestre (já uma vez haviam os positivistas procurado cumpri-lo por intermédio do Bispo do Rio de Janeiro, que se recusara a receber a contribuição para a sustentação do culto católico) enviara T. Mendes ao Cardeal Richard, arcebispo de Paris, a contribuição estipulada pelo Mestre para a manutenção daquele culto teológico em Paris. A contribuição era apenas de 50 francos anuais, e foi (página 71 da *Circular* de 1906) agradecido pelo secretário do Sr. Cardeal Arcebispo, Mons. Eug. Wiesnegg. Como se vê, eram bem mais cordiais as relações entre o positivismo brasileiro e o clero francês do que com o clero nacional...

(21). — Cf. Álvaro Lins, *Rio Branco*, vol. II, pp. 509-511.

VII

OS POSITIVISTAS E AS GREVES

Augusto Comte, como é sabido, voltou-se para os estudos sociais atraído pela economia política. Esta ciência, nos fins do século XVIII obtivera, por tôda a parte, um enorme sucesso. Ela pretendia — e prometia — revelar todos os mistérios do enriquecimento e do empobrecimento dos povos. Comte, na sua mocidade sofrera a influência da época, tôda ela interessada nos estudos de economia política (1). A partir de 1822, porém, a influência da economia política liberal entraria a declinar. E desde 1822 percebe-se que Comte começa a atacar o liberalismo do século XVIII.

Seguindo fielmente a doutrina do Mestre, os positivistas brasileiros mostraram-se também sempre tenazes adversários do liberalismo e, assim, como diz João Camilo de Oliveira Tôrres, de fato, Teixeira Mendes havia de parecer, na atmosfera *liberaloide* do Império como o “socialista mais avançado do Brasil” (2). Não julgamos, porém, como julga o ilustre historiador católico do positivismo brasileiro, que a ação do *Apostolado Positivista do Brasil* tenha constituído uma campanha que não se estratificou “em tôrno dos mesmos princípios e dos mesmos pontos de vista” (3). Não nos parece exato ainda, como afirma aquêle autor, que se teria verificado “um amplo processo evolutivo” nas atitudes sociais de Teixeira Mendes (4).

Desde a publicação do seu trabalho sôbre a *Universidade*, que é de 1881, até os seus opúsculos do século XX, como são, por exemplo, *As Greves*, *a Ordem Republicana e a Reorganização Social ou Ainda as Greves*, *a Ordem Republicana e a Reorganização Social*, assim como a *A Atual Atitude do Patriciado e do Proletariado perante a Reorganização Social*, os princípios que orientam Teixeira Mendes em relação ao problema social e político, são os mesmos: — os de um decidido adversário do liberalismo.

A veemência com que Teixeira Mendes atacava a fundação da Universidade por julgá-la contrária aos princípios da *liberdade*

(1). — Cf. Roger Mauduit, *Auguste Comte et la Science Économique*, cap. I e E. Durkheim, *Le Socialisme, sa définition, ses débuts: la doctrine saint-simonienne*, capítulos VI e VII.

(2). — João Camilo de Oliveira Tôrres, *O Positivismo no Brasil*, p. 311.

(3). — João Camilo de Oliveira Tôrres, *ob. cit.*, pp. 308-309.

(4). — *Ibidem*, p. 309.

espiritual defendidos por Augusto Comte que, como se sabe, fôra um terrível inimigo da Univesidade, e, além disso, por ser profundamente ridícula a instituição de uma Universidade em um país em que, a grande massa dos trabalhadores ainda se encontrava na situação de escravos. E' mister não esquecer o que então dizia Teixeira Mendes, com muita razão e justiça: "A reorganização do ensino (*pois era a propósito de uma reorganização de ensino que se propunha a criação da Universidade*), não é uma questão isolada: não pode entrar na cabeça de ninguém que o govêrno do Brasil haja resolvido reformar a instrução nacional no intuito pueril de mostrar-nos ao mundo como um modelo intelectual unicamente. Não, porque semelhante espetáculo, dado que fôsse magnífico, absorveria imenso capital e número ainda mais considerável de braços-professôres e alunos. E é axioma nas altas regiões governamentais que não estamos em condições de desperdiçar nem uma nem outra coisa. E' portanto, do mais rudimentar bom senso que o govêrno, tentando criar a Universidade, supôs concorrer decisivamente para a *grandeza nacional* tendo em vista o conjunto das necessidades sociais. Sendo assim, parece-nos que o pensamento de nossos diretores políticos pode resumir-se nas duas proposições seguintes: 1a) — A grandeza nacional exige a reforma do ensino; 2a.) — A reforma do ensino exige a criação da Universidade. Nós responderemos *sim* à primeira proposição; e propômo-nos a provar que a segunda é falsa. Mas procedamos por partes. A primeira proposição representa o problema; a segunda, a solução que o govêrno julga convir-lhe, por se ter enganado na justa apreciação de seus elementos. Com efeito, importa estabelecer preliminarmente em que consiste a *grandeza nacional*; porque é evidente que a reforma do ensino só pode ser motivada tendo por fim favorecer ou determinar essa grandeza, conforme dissemos. E já que os confidentes do Sr. Ministro não julgaram oportuno informar o público sôbre o que pensa o govêrno a tal respeito, somos obrigados a expor como a encaramos nós. Quando se contempla a sociedade, há um fenômeno que salta aos olhos, e vem a ser que a população se divide em duas classes: de um lado, os indivíduos que cultivam o solo, extraem os produtos da mina, exercem sôbre os materiais a ação necessária para que sirvam aos usos da vida, constrôem os edifícios... os indivíduos, em suma, que estão a braços diretamente com a natureza, e constituem o *proletariado*; de outro lado, os indivíduos que alimentam-se, vestem-se, moram e divertem-se... isto é, consomem o capital acumulado pelo proletariado, desde a mais remota Antiguidade e que, sem êle, estavam condenados à morte. Neste segundo grupo cumpre ainda distinguir duas seções: a primeira compõe-se daqueles que, dispensados de prover à própria subsistência, graças ao trabalho do proletariado, consagram ao bem-estar comum o tempo que lhes fica assim disponível,

dirigindo as operações industriais, contendo os elementos perturbadores, descobrindo os meios de facilitar o trabalho pelos inventos científicos e técnicos, assegurando as expansões altruísticas pelas produções estéticas, alargando a esfera intelectual *de todos* pelo ensino gratuitamente distribuído, estudando as condições do bem-estar social e moral, educando finalmente o homem. E' esse o papel da mulher, o papel dos velhos, dos chefes industriais, dos governos, da força militar subordinada ao interesse público, da corporação administrativa, dos sábios que se dedicam ao que é útil e não *requintam o orgulho penetrando os céus*, como diz a *Imitação*, dos artistas que celebram quanto há de grande e generoso. A segunda secção compõe-se dos indivíduos que, mantidos também pelo proletariado, em nada concorrem para o bem comum e reduzem-se a meras *fábricas de estêrco*, na frase enérgica do poeta; neste caso estão o militarismo e o funcionalismo superabundantes, os poetas de imoralidades, os publicistas de escândalos, os críticos que só sabem destruir, os parladores de tôdas as jerarquias, os sábios cujas investigações não possuem um interesse social demonstrado" (5).

Era, pois, como se vê, o *interesse social* — e tôda a filosofia de Augusto Comte gira em tôrno dêle — que então, como mais tarde, nos seus novos trabalhos, orientaria o apóstolo positivista.

Assim, por exemplo, a propósito de uma greve que se deu na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1906 (6), Tei-

(5). — Teixeira Mendes, *A Universidade*, pp. 6-8.

(6). — A greve a que refere o opúsculo de Teixeira Mendes, irrompeu em 15 de maio de 1906 e contava com o apoio de mais de três mil trabalhadores da Companhia Paulista. A *Liga Operária* dirigiu nessa ocasião, ao povo e ao operariado, um manifesto que foi publicado pelo *Comércio de São Paulo*. A causa ocasional desse movimento grevista que se originou em Jundiaí, foi o desentendimento havido entre o conferente da estação dessa cidade, Tomaz Dezani e o chefe da dita estação, João Gonçalves Dias. No Manifesto da *Liga*, reclamavam os operários contra as perseguições que diziam sofrer por parte do chefe da locomoção, o engenheiro Francisco Paes Leme de Monlevade que, assim afirmavam os operários no seu manifesto, os obrigava a descansar nos dias santos e feriados e em três segundas feiras por mês, o que lhes reduzia de 10% o ordenado. Além disso, o mesmo engenheiro os obrigava a participar de uma *Caixa Beneficente*, para a qual pagavam três mil réis mensais mas onde não eram atendidos com o devido cuidado e atenção pelos médicos e farmacêuticos. Segundo a descrição que os operários faziam do grande engenheiro Monlevade, parecia que o mesmo era um verdadeiro perseguidor dos trabalhadores. No entanto, segundo declaração do presidente da Companhia Paulista, que era então o Conselheiro Antônio Prado, esse engenheiro era conhecido como partidário das idéias socialistas.

O que a *Liga* pleiteava eram as 8 horas de trabalho, o que era então ainda um ideal para o operariado. Além disso exigia a demissão do Dr. Monlevade, a de seu ajudante Henrique Burnier e a do chefe da estação, João Gonçalves Dias. E mais: que a inscrição na *Caixa Beneficente* fosse voluntária e não obrigatória.

Em poucos dias o movimento grevista se alastraria a Rio Claro e aos trabalhadores da Companhia Mogiana, juntar-se-iam além de operários, outras fábricas de Jundiaí e de Campinas. O governo temendo sabotagens (pois já haviam sido arrancadas placas de junção e também alguns trechos de linhas), enviara algumas praças para Jundiaí.

A convite dos operários, deveriam embarcar para Jundiaí, os advogados José Mendes de Almeida, Angelo Mendes e Dario do Amaral, mas foram impedidos desse intento pelo então chefe de polícia, Dr. Meireles Reis. Em virtude desse ato, o D. Afonso Celso Garcia lavraria um protesto e requeria *habeas corpus*. As cousas começavam assim a tomar um aspecto mais grave, sendo obrigados, alguns dos operários que chefiavam o movimento, a se ocultar. Entre êles: Manuel Pisani, Pompílio Bonaiute, João Synthes e João Correia. No dia 22 de maio, não tendo cessado a greve, a Associação Comercial propria um arbitra-

xeira Mendes intervirá como de costume, para dirigir um “Apêlo aos sentimentos altruístas e à razão dos governantes e governados, e especialmente, dos patrões e dos proletários, oferecendo-lhes os ensinamentos da religião da Humanidade, como solução que convém às dificuldades da situação industrial” (7).

“Na sistematização da vida industrial, que corresponde a uma fase mais avançada da História, tendem a prevalecer, contra a obediência passiva que caracterizou o regime teológico-militar, a fraternidade e a franqueza”, diz o apóstolo. Mas, assim mesmo, os patrões e os operários tendem a transplantar para o regime industrial, os princípios da hierarquia militar do regime anterior. Só a religião da Humanidade é que poderá, — na opinião do fiel discípulo de Comte, — graças à influência feminina, terminar com o jogo cego das paixões que atiram uns contra os outros, patrões e operários, governantes e governados. Como se vê, ainda uma vez, há em tudo o que acaba de ser aqui exposto, estrita e voluntária submissão às doutrinas de Augusto Comte.

“A greve da Companhia Paulista de vias férreas e fluviais vem, mais uma vez, confirmar as observações precedentes, — dirá Teixeira Mendes. Assim, ninguém pode contestar hoje a justiça das reclamações proletárias quando à instituição das oito horas de trabalho industrial diário e a restauração do descanso semanal. Augusto Comte demonstrou mesmo que devia haver em cada semana dois dias consecutivos de folga, um para o culto público, outro para o repouso doméstico, como já o havia tentado uma lei de Cromwell” (8). A greve é, pois, o “recurso normal que tem o proletariado contra os abusos quaisquer da autoridade temporal ou espiritual. Não só é perfeitamente legítimo que um número qualquer de proletários se recuse a trabalhar, para chamar os seus chefes ao cumprimento dos seus deveres, mas ainda é perfeitamente legítimo que qualquer cidadão proletário ou não, aconselhe essa recusa, invocando o interesse público, ou a *condene*. O que não é lícito a ninguém, proletário ou não, é pretender obrigar pela violência, *conforme* os processos da civilização *teológico-militar*, o operário a trabalhar ou deixar de trabalhar, como se fôsse escravo” (9).

A imposição de médico ou de farmacêutico exasperava também os positivistas que, como vimos, eram acérrimos inimigos do

mento, que os operários não aceitaram. Entrariam logo a seguir em greve também os gráficos e a 25 de maio, já o movimento se alastraria até Santos e ao Rio. Grande número de boletins foram então distribuídos em São Paulo, redigidos em italiano e convocando para a greve, em solidariedade, os carroceiros, os barqueiros e os tiradores de areia. No dia 27, realizou-se um “meeting” dos estudantes, no Largo de São Francisco, tendo falado nele Freitas Vale e Ricardo Mendes Gonçalves, confraternizando com o proletariado. A 28, a polícia fechava a *Federação Operária de São Paulo*. A 29 dão-se distúrbios na cidade mas, a partir de 1º de junho não se tem mais notícia da greve em que haviam participado, como acima dissemos, mais de três mil trabalhadores. (Cf. “*O Comércio de São Paulo*” de 15 de maio a 1º de junho de 1906).

(7). — Teixeira Mendes, *As Greves, a Ordem Republicana e a Reorganização Social*, p. 1.

(8). — *Ibidem*, p. 3.

(9). — *Ibidem*, p. 6.

despotismo sanitário e do que êles chamavam de *materialismo médico*. “A liberdade de corpo e de consciência é a mais fundamental das condições políticas da regeneração social e da ordem republicana” (10). Todavia, os operários exorbitavam, — acrescentava Teixeira Mendes — desde que, por qualquer modo atentassem contra o capital material e as pessoas, quer estas sejam seus patrões quer sejam seus companheiros (11). A primeira condição da existência social é, como afirma o Mestre, a *fraternidade* e, portanto, “a eliminação de qualquer violência nas relações humanas” (12).

“O capital material é realmente da Humanidade, porque foi a Humanidade que o produziu. Nenhuma família, nenhuma pátria, nenhuma classe social pode, invocando a moral e a razão, proclamar-se *proprietária*, seja de que fôr. Para a formação desse capital material contribuíram todos os elementos da Humanidade, e não somente a parte ativa da massa masculina. Os proletários de toda a Terra reunidos poderiam destruir o capital que a Humanidade produziu e acumulou. Mas praticariam um sacrilégio sem nome, porque destruiriam o que não tinham produzido. Os proletários mesmos não se pertencem a si próprios, porque foi a Humanidade que os fez, como atesta, em resumo, a língua em que formulam os seus sentimentos, concepções, e projetos que povoam o seu cérebro. Portanto, seja como for a conduta dos patrões, os proletários devem zelar pelo capital social. Que importa que os patrões *chamem e creiam seu, dêles*, o que *de fato* pertence à Humanidade? A *realidade* é que êles são apenas *depositários* empíricos das riquezas da Humanidade, *moralmente*, responsáveis pela sua conservação e distribuição da mesma sorte que os proletários, apenas em grau maior” (13).

Quando não contentes com a atitude dos patrões, que devem fazer os proletários? E’ pedirem que se submeta a conduta dos mesmos a um tribunal arbitral. Só a recusa dêste é que pode então justificar a greve. Mas esta não se justifica para exigir a demissão de um funcionário (14).

Teixeira Mendes termina o seu trabalho, *As Greves, a Ordem Republicana e a Reorganização Social*, apelando para os cidadãos que se achavam em greve, em nome dos supremos destinos da Humanidade, pois a greve atual, como êle diz, — “é apenas um sintoma de males que só podem cessar com a incorporação do proletariado na sociedade moderna e só a Religião da Humanidade é capaz de realizar êsse desiderato que por sua vez, só pode ser alcançado, pelo amor e pela razão (15).

(10). — *Ibidem*, p. 4.

(11). — *Ibidem*, pp. 4-5.

(12). — *Ibidem*, p. 5.

(13). — *Ibidem*.

(14). — *Ibidem*, p. 6.

(15). — *Ibidem* p. 8.

Os positivistas, como se vê, eram favoráveis à greve mas à greve sem violência, pois abominavam qualquer revolta ou insurreiçào. E' preciso não esquecer, aliás, as palavras de Comte que são bastante curiosas e reveladoras de suas tendências. "Apesar de todos os seus vícios, a nossa burguesia apenas necessita de purificação e de regeneração, a fim de fornecer, antes do fim do século XIX o seu verdadeiro poder temporal. "V. esquece — escrevia êle a Pierre Laffitte, em setembro de 1850 — que hoje os chefes industriais aí não dominam: ela (a classe industrial) continua, por falta de princípios, a se deixar conduzir pelas classes destinadas a desaparecer realmente e sem substituição, sobretudo pelos legistas, como durante a longa preparação moderna. Não acredito, aliás, que os nossos grandes chefes de indústria não tenham ambições políticas; as suas aparentes inclinações monárquicas apenas dizem respeito a uma empírica solicitude em virtude de estar a ordem muito comprometida. Desde o principio da evolução moderna, o exemplo da casa bancária Medicis e companhia não deixa dúvida sôbre a sua tendência natural e continua para a supremacia temporal. Vi muito de perto os Ternaux, os Laffitte e os Périer para garantir que estas tradições cada vez mais se desenvolvem. Se o Snr. de Rothschild não fôsse judeu, por natureza e por posição, êle forneceria, sem dúvida, um exemplo ainda mais decisivo de uma tal tendência" (16). E acrescentava ainda, — o que é sintomático na *prática* política positivista: "Limitemo-nos, pois, a preparar essa classe (a dos grandes chefes de indústria) para os altos destinos políticos que lhe estão prometidos já há cinco séculos e não concebamos uma reorganização temporal desprovida de antecedentes diretos. Já há tendências subversivas demais em nossa situação: tôdas as informações que me chegam agora agravam as minhas inquietações a êsse respeito. E' a nós, filósofos que compete contê-las, esforçando-nos por ligar o futuro ao passado, longe de conceber entre êles um abismo anárquico..." (17).

Nada impede, diz ainda Comte em outra carta do mesmo ano a Laffitte que se regenere tanto quanto fôr necessário os novos chefes temporais sob uma sábia pressão proletária, que seja assistida por um forte impulso filosófico, durante uma última geração revolucionária. E' suficiente purificar desde logo a burguesia, afastando os metafísicos e subalternizando os legistas cuja desastrosa proeminência constitui hoje o principal obstáculo a uma verdadeira conciliação entre os chefes de indústria e os trabalhadores. Embora ainda os primeiros sejam indignos, é não obstante à sua classe que o conjunto do passado moderno indica definitivamente

(16). — *Carta a Pierre Laffitte in "Revue Occidentale"*, 32c. année, n.º 4, 1909, pp. 28-29, Cf. T. Mendes, *Circ. Anual*, 1908, pp. 32/33.

(17). — *Ibidem*.

a autoridade temporal, quando o domínio revolucionário dos segundos terá finalmente completado a sua educação social. . .” (18).

Comte percebera a direção que tomavam os acontecimentos através das experiências que o seu país lhe mostrara em pouco menos de meio século, de 1789 a 1830. No seu meio, e com os homens que haviam assistido a 1789, aprendera a compreender o verdadeiro sentido da revolução burguesa e a não ter confiança nas revoltas e nas insurreições.

J. CRUZ COSTA

Professor da Cadeira de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(*Continua no próximo número*).

(18). — *Carta a Pierre Laffitte*, in *op. cit.*, p. 31. Cf. T. Mendes, *Circ. Cit.*, p. 34.